Assinado de forma digital por EDITORA BEM PARANA LTDA:76437305000170 Dados: 2026.04.16 00:19:19 -03'00'

COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS - COMPAGAS

CNPJ nº: 00.535.681/0001-92

www.compagas.com.br

COMPAGAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO 2025

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2025. **A Compagas:** A Compagas é uma empresa privada de capital fechado que possui como acionistas a Compass 2, com 51% das ações, a Commit Gás S.A., com 24,5% e a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda., com 24,5%. A concessão dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado foi outorgada à Compagas em 6 de julho de 1994 e renovada em 2022 pelo Governo do Estado do Paraná, assegurando à Companhia o direito de operação em todo o território estadual por mais 30 anos, a partir de 6 de julho de 2024. Sua atuação é orientada por princípios econômicos, sociais e ambientais, com foco estratégico na ampliação do uso do gás natural e na geração de valor sustentável para o Estado. Reconhecendo seu papel indutor do desenvolvimento e a importância da diversificação da matriz energética, a Companhia implementa iniciativas voltadas ao fortalecimento da competitividade, à segurança do abastecimento e à confiabilidade do mercado atendido. A atividade de distribuição de gás canalizado no Estado do Paraná é regulada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná - Agepar, que detém a competência, dentre outros, de fiscalização sobre o serviço de distribuição e análise dos reajustes e revisões tarifárias. **Resultados do Negócio:** Em 2025, a companhia manteve desempenho operacional consistente, com distribuição média diária superior aos patamares históricos e o registro, em julho, de um marco de mais de 3 milhões de m³ distribuídos em um único dia. Esse resultado reflete elevados índices de confiabilidade e de atendimento ininterrupto aos clientes, reforçando a solidez das operações e a confiança do mercado. O ano também foi marcado pela consolidação do mercado livre de gás no Paraná, com seis contratos ativos com grandes consumidores que representam uma parcela relevante do volume distribuído. No ano, o volume total de gás natural canalizado distribuído pela Compagas alcançou uma média diária de mais de 940 mil m³, sendo 30% maior que o registrado em 2024.

Distribuição de Gás Natural no Paraná - 2024/2025

Segmentos	2024 (m³/dia)	2025 (m³/dia)	Var. %
Residencial	32.770	37.915	16%
Comercial	17.069	18.226	7%
Industrial	625.592	480.703	-23%
Veicular	49.086	46.731	-5%
Total mercado cativo	**724.517**	**583.575**	**-19%**
Mercado Livre	–	357.764	–
Total	**724.517**	**941.340**	**30%**

A expansão da rede avançou em ritmo acelerado e a Companhia ampliou a presença em regiões estratégicas do Estado. Destaca-se a entrada em operação das redes locais de Londrina e Cambé, que passaram a contar com fornecimento de biometano a partir de novembro de 2025, reforçando o compromisso com a transição energética. Com investimentos superiores a R$ 99 milhões, foram conectados mais de 7 mil novos clientes, implantados 50 quilômetros adicionais de gasodutos e a malha de distribuição ultrapassou 930 quilômetros de extensão. A atuação da Companhia passou a abranger 18 municípios paranaenses, que, em conjunto, representam 42% do PIB estadual, demonstrando a relevância econômica da operação.

Crescimento do Número de Clientes por Segmento - 2024/2025

Segmentos	2024	2025	Var. %
Residencial	57.864	64.668	12%
Comercial	665	968	46%
Industrial	186	201	8%
Veicular	33	35	6%
Total mercado cativo	**58.748**	**68.874**	**17%**
Mercado Livre	1	6	500%
Total	**58.749**	**65.880**	**12%**

Gestão de Suprimento: Em 2025, a Compagas ampliou a diversificação de seu portfólio de suprimento, passando a contar com oito supridores, o que amplia a segurança energética e permitiu maior eficiência na alocação contratual conforme a demanda do mercado. Essa política ativa de contratação foi operacionalizada por meio de chamadas públicas periódicas e processos mais eficientes. Como resultado, houve fortalecimento da competitividade do gás natural no Paraná, com ganhos diretos para os segmentos industrial e comercial, por meio da redução de custos operacionais, maior previsibilidade energética e melhores condições de planejamento, além de benefícios aos consumidores residenciais e ao segmento veicular. **Resultados Financeiros:** O exercício de 2025 inaugura um novo ciclo de crescimento para a Compagas, refletido na expansão do volume distribuído, na ampliação da base de clientes e na evolução dos resultados operacionais. A maior distribuição de gás ao longo do ano sustentou o desempenho financeiro, mesmo diante da redução da Receita Líquida, que totalizou R$ 714,8 milhões, impactada pelo avanço do mercado livre no Estado. A remuneração da Companhia, estabelecida no contrato de concessão, foi devidamente atualizada ao longo do exercício, com a aplicação do Fator K e do índice econômico contratualmente previsto. O EBITDA alcançou R$ 160,5 milhões e o Lucro Líquido somou R$ 71,8 milhões, representando crescimento de 10,7% e 4%, respectivamente, em comparação a 2024. O desempenho foi impulsionado pelo maior volume distribuído, com destaque para o segmento residencial, pela retomada das operações da Araucária Nitrogenados (ANSA) e pelo acordo comercial firmado com a Petrobras para fornecimento de gás à Repar. Por outro lado, o resultado foi pressionado pelo cenário de juros elevados e pelo reconhecimento de contingências cíveis e trabalhistas. No âmbito tributário, um dos principais destaques foi a conclusão do ciclo do Projeto Lei do Bem referente ao ano-base 2024, consolidando a aderência ao incentivo fiscal como instrumento estratégico de estímulo à inovação. A iniciativa mobilizou 32 colaboradores, somou mais de 13 mil horas dedicadas a atividades de pesquisa e desenvolvimento e totalizou investimento de R$ 3,1 milhões, resultando em economia tributária de R$ 852 mil. **Administração: Governança Corporativa:** Na Compagas, as práticas de governança corporativa estão pautadas nos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, em consonância com os princípios éticos estabelecidos no Código de Conduta e em seus valores. Em linha com as melhores práticas, garante a igualdade de direitos entre acionistas e adota procedimentos internos - amplamente disseminados entre todos os seus colaboradores - que visam garantir a máxima eficácia e controle de suas operações. **Ambiente Legal e Regulatório:** No ambiente regulatório, 2025 representou o primeiro ano da nova concessão, vigente até 2054, caracterizando um ciclo de estabilização e adaptação à nova modelagem contratual. Nesse contexto, a companhia fortaleceu o relacionamento com a agência reguladora estadual, com a apuração e aprovação das obrigações contratuais, incluindo investimentos, política tarifária, Capex, Opex e programas técnicos, consolidando um ambiente regulatório estável e favorável à expansão. **Gestão do Capital Humano:** A Compagas encerrou o ano de 2025 com uma equipe formada por 165 colaboradores, abrangendo empregados, aprendizes e diretores. Todos os colaboradores estão abrangidos por Acordo Coletivo de Trabalho e têm contratos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). No âmbito da capacitação, a Compagas reforçou sua estratégia por meio de treinamentos voltados a segurança operacional, a gestão de riscos, a liderança e a educação continuada. Ao longo do ano, foram quase 5,7 mil horas de capacitação oferecidas, incluindo treinamentos ligados à normas e processos de segurança, legislação e temas relativos à gestão e aperfeiçoamento do negócio. **Diversidade e igualdade de gênero:** A Compagas reforçou seu compromisso com a equidade, revisou os processos seletivos e passou a monitorar os indicadores de representatividade. No ano, as mulheres representaram 50% das novas contratações, estão em 36% das posições de liderança (gerências e coordenações) e representam 38% do quadro de colaboradores da empresa.

Novas contratações

Nível Hierárquico	Total de Contratações - 2025	Mulheres Contratadas 2025	Mulheres Contratadas 2024
Diretoria*	–	–	–
Gestores	5	2	2
Coordenadores	1	1	–
Administrativo	45	22	8
Operacional	2	–	–

Distribuição de Mulheres por Nível Hierárquico

Nível Hierárquico	Total de Colaboradores - 2025	Mulheres - 2025	% Mulheres - 2025	% Mulheres - 2024
Diretores*	3	–	0%	0%
Gestores	16	6	38%	47%
Coordenadores	9	3	33%	50%
Administrativo	96	46	48%	43%
Operacional	74	–	0%	7%

Demonstrativo da remuneração relativa a cargos ou funções similares

Remuneração Total Ano 2025 (R$)

Nível Hierárquico	Homem	Mulher	Razão (%)
Diretores*	–	–	0%
Gestores	347.690,40	306.279,59	88%
Coordenadores	254.651,21	178.398,21	70%
Administrativo	139.359,16	126.084,99	90%
Operacional	112.059,04	–	–

Indicador	2024	2025	Variação (%)
Mulheres no Quadro Total	50	55	10%
Mulheres na Liderança	14	9	-35%
Diferença Remuneração Média (M/H)	88%	95%	7%

(*) Os diretores são indicados pelos acionistas Compass, Commit e Mitsui e os indicadores relativos à contratação e remuneração são contabilizados nas respectivas empresas.

Segurança: Na Compagas, a segurança é inegociável. Com prioridade na segurança de suas redes de distribuição, na preservação do meio ambiente e na integridade física de todos os participantes em suas operações, a Compagas conduz ações preventivas, identificação, avaliação e gestão de riscos e impactos, visando à sua redução ou eliminação. O propósito é assegurar a segurança em todas as atividades técnicas, operacionais e administrativas para seus colaboradores, clientes e a comunidade em geral. Como principal destaque do ano, tem-se o Programa Liderança Visível com mais de 1200 inspeções realizadas por gestores, engajando as lideranças e garantindo 895 mil horas sem acidentes com afastamento. No contexto da segurança, é crucial destacar a estreita colaboração entre a Compagas e as principais empreiteiras responsáveis por projetos de saneamento e telefonia nas áreas de atuação da empresa, visando prevenir possíveis interferências na rede de distribuição de gás. A interação com esses parceiros, assim como com órgãos de proteção e defesa da sociedade, incluindo Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e Órgãos de Trânsito, está incorporada ao Programa de Prevenção de Danos na Rede de Distribuição de Gás Natural. Anualmente, a Compagas realiza iniciativa de relacionamento com empresas de serviços de água e esgoto, tanto para projetos eletivos quanto emergenciais, e com terceirizadas de empresas de telecomunicação envolvidas em instalações de fibra óptica, muitas vezes conduzidas pelo método não destrutivo (MND), em Curitiba e Região Metropolitana. O objetivo desse programa é fornecer orientações sobre a sinalização e a integridade da rede de gás natural, buscando evitar interferências e interrupções no fornecimento do combustível. No que se refere ao indicador de prevenção de danos na rede de distribuição (IVAZ), a Compagas registrou índice de 0,12 em 2024, com uma interferência, e de 0,54 em 2025, com cinco ocorrências registradas. Embora tenha havido aumento no período, os resultados permanecem em patamar de excelência, mantendo a Companhia como referência nacional nos últimos anos, tendo um dos menores índices de danos entre as distribuidoras de gás do país, o que reforça a efetividade das práticas preventivas e o compromisso permanente com a segurança operacional. **Relacionamento com Clientes:** Em 2025, a Compagas passou a utilizar o Net Promoter Score (NPS) como instrumento central de avaliação da experiência do cliente, complementado pelo programa Guardiões da Chama. A iniciativa promoveu fóruns quinzenais de escuta ativa e de trabalho com o objetivo de disseminar a cultura de centralidade no cliente em todas as áreas da empresa. Essa ação combinada ao atendimento centrado no cliente impactou diretamente o aumento do nível de satisfação dos usuários e, consequentemente, da nota da Companhia no Reclame Aqui, de 5,7 para 9,3 em 2025. A Companhia mantém à disposição dos seus clientes diferentes canais para atendimento e relacionamento. Os números de telefone 3004-3400 e 0800 643 8383 estão disponíveis para todos os consumidores, atendendo também à sociedade em geral, inclusive para emergências, todos os dias da semana, 24 horas por dia. Além do atendimento telefônico, a interação com clientes e consumidores ocorre por meio de plataformas online e atendimento presencial. A agência Compagas Virtual se consolida como um dos principais canais de atendimento da Companhia, possibilitando a emissão de fatura, atualização de cadastro, histórico de consumo, orientações para débito automático e extrato de quitação de débitos a todos os segmentos atendidos. **Compromisso com o Meio Ambiente:** O compromisso com a sustentabilidade ambiental é essencial para assegurar um equilíbrio duradouro entre as atividades humanas e o meio ambiente. Nesse contexto, a adoção de práticas sustentáveis por parte da Compagas não apenas visa garantir a eficiência operacional, mas também desempenha um papel significativo na redução das emissões de gases de efeito estufa, na promoção de fontes de energia mais limpas, e contribui ativamente para a transição para uma matriz energética mais verde, alinhando-se com os princípios fundamentais de preservação ambiental e descarbonização. A Compagas obteve avanços na inserção do biometano ao seu portfólio de suprimento, reforçando seu compromisso com a sustentabilidade. Em 2025, iniciou a operação de distribuição do insumo a partir de novembro, com um total de 64 mil m³ distribuídos no Paraná, e firmou seu primeiro contrato de fornecimento com a GEO bio gas&carbon, marcando a entrada no mercado de gás renovável. O projeto contemplou a implantação de uma rede isolada em Londrina, na região Norte do estado, integralmente abastecida com biometano, atendendo indústrias de relevância nacional. A iniciativa evidencia o uso do biometano como solução para a descarbonização industrial e para o aproveitamento energético de resíduos da agroindústria, transformando passivos ambientais em ativos energéticos. A Companhia também atuou no desenvolvimento dos Corredores Sustentáveis, iniciativa estratégica voltada ao aumento da competitividade e à descarbonização da matriz de transportes. No Paraná, o projeto estrutura a oferta de gás ao longo de rotas logísticas prioritárias, conectando o estado a outras regiões do país e ao Porto de Paranaguá. Em 2025, a Companhia passou a abastecer 35 postos, sendo 13 preparados para veículos pesados, com a inauguração de novas unidades em pontos estratégicos como Ponta Grossa e Campina Grande do Sul, consolidando a infraestrutura necessária à expansão do uso do gás no transporte de cargas. **Contribuição Social:** Em 2025, a Compagas ampliou sua atuação social por meio da execução de projetos incentivados pelas esferas estadual e federal, destinando recursos a cultura, ao esporte, a saúde e a inclusão. Pela primeira vez, participou dos programas estaduais Profice e Proesporte e manteve os investimentos sociais por meio das leis federais. No total, foram destinados mais de R$ 1,2 milhão a 16 projetos, com impacto estimado em mais de 760 mil pessoas em todo o Paraná, sendo 146 mil beneficiadas de forma estruturante, seja por meio da educação ou da saúde.

Segmento de Incentivo	Valor investido	Impacto social
Cultura e Educação	R$ 695,5 mil	621.313 pessoas
Saúde	R$ 162,3 mil	145.620 pessoas
Esporte	R$ 356 mil	706 pessoas

Ao apoiar essas ações sociais, a Companhia aprofunda seu envolvimento com a comunidade, compreendendo seus desejos e necessidades reais, consolidando sua identidade como uma empresa feita por pessoas e para as pessoas. Os projetos apoiados seguem normas e programas de incentivo fiscal, como a Lei de Incentivo ao Esporte, o Fundo da Infância e da Adolescência, o Fundo do Idoso e o Programa Nacional de Apoio à Cultura. Eles estão alinhados com a Política de Patrocínio da Companhia, disponível no site da empresa.

Balanços Patrimoniais (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	8	113.126	36.539
Contas a receber de clientes	9	62.301	77.163
Estoques		5.436	5.302
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		18.290	33.926
Outros tributos a recuperar	12	17.629	16.229
Créditos nas operações de venda e aquisição de gás	11.1	46.781	49.083
Ativos setoriais	13	19.372	3.353
Despesas antecipadas		343	392
Outros ativos		17.475	10.648
Ativo circulante		**300.753**	**232.635**
Contas a receber de clientes	9	11	68
Depósitos judiciais		2.657	1.123
Direito de uso de ativos	17.1	10.499	11.637
Intangível	15	715.977	682.211
Ativos de contrato	16	112.896	72.496
Ativo financeiro		1.752	–
Ativo não circulante		**843.792**	**767.535**
Total do ativo		**1.144.547**	**1.000.170**

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Passivos			
Fornecedores	20	45.507	63.673
Empréstimos e debêntures	18	–	189.559
Impostos a pagar		29.041	24.031
Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar		8.073	8.284
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	23	27.432	17.244
Passivo de arrendamentos	17.2	2.205	2.370
Pagáveis a partes relacionadas	10	2.486	267
Outros passivos	28	30.550	6.187
Passivo circulante		**145.294**	**311.609**
Débitos nas operações de venda e aquisição de gás	11.2	3.865	643
Empréstimos e debêntures	18	468.838	128.906
Benefícios pós-emprego	22	7.644	8.666
Provisão para contingências	21	5.024	16.754
Passivos de arrendamento	17.2	9.618	10.554
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	11.655	15.012
Impostos a pagar		7.975	12.763
Passivo não circulante		**514.619**	**193.298**
Total do passivo		**659.913**	**504.907**
Patrimônio líquido	23		
Capital social		220.966	220.966
Outros resultados abrangentes		3.115	1.599
Reservas de lucros		260.553	272.698
Total do patrimônio líquido		**484.634**	**495.263**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.144.547**	**1.000.170**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Outros resultados abrangentes	Reserva de lucros – Legal	Reserva de lucros – Retenção de lucros	Reserva de lucros – Lucro à disposição da AGO	Reserva especial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**220.966**	**1.599**	**44.193**	**176.773**	**51.732**	**–**	**–**	**495.263**
Resultado líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	71.860	71.860
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas:									
Dividendos adicionais propostos	23	–	–	–	–	(51.732)	–	–	(51.732)
Juros sobre capital próprio	23							(32.273)	(32.273)
Resultado atuarial líquido		–	1.516		–	–	–		1.516
Constituição de reserva especial	23	–	–	–	–	–	39.587	(39.587)	–
Total de contribuições e distribuições		**–**	**1.516**	**–**	**–**	**(51.732)**	**39.587**	**–**	**(10.629)**
Saldo em 31 de dezembro de 2025		**220.966**	**3.115**	**44.193**	**176.773**	**–**	**39.587**	**–**	**484.634**

	Nota	Capital social	Ajuste avaliação patrimonial	Reserva de lucros – Legal	Reserva de lucros – Retenção de lucros	Reserva de lucros – Dividendos à disposição da AGO	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**220.966**	**830**	**44.193**	**176.773**	**68.746**	**–**	**511.508**
Resultado líquido do exercício		–	–	–	–	–	68.976	68.976
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas:								
Dividendos adicionais propostos		23	–	–	–	(68.746)	–	(68.746)
Resultado atuarial líquido		–	769	–	–	–	–	769
Dividendos obrigatórios		23	–	–	–	–	(17.244)	(17.244)
Dividendos à disposição da AGO		–	–	–	–	51.732	(51.732)	–
Total de contribuições e distribuições		**–**	**769**	**–**	**–**	**(17.014)**	**–**	**(16.245)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**220.966**	**1.599**	**44.193**	**176.773**	**51.732**	**–**	**495.263**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados (Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	24	814.372	872.195
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	25	(623.234)	(692.125)
Resultado bruto		**191.134**	**180.070**
Despesas de vendas		(10.860)	(20.276)
Despesas gerais e administrativas		(53.438)	(59.068)
Outras receitas operacionais, líquidas	26	5.320	11.981
Resultado antes do resultado financeiro líquido		**132.156**	**112.707**
Receitas financeiras		23.455	23.413
Despesas financeiras		(69.173)	(36.766)
Resultado financeiro líquido	27	**(45.718)**	**(13.353)**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**86.438**	**99.354**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		(18.717)	(35.504)
Diferido		4.139	5.126
Lucro líquido do exercício		**71.860**	**68.976**
Lucro líquido do exercício atribuído aos:			
Acionistas controladores		36.649	35.178
Acionistas não controladores		35.211	33.798
		71.860	**68.976**
Resultado por ações - R$	29		
Ordinárias		2,13869	2,05286
Preferenciais		2,13869	2,05286

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Resultado líquido do exercício		**71.860**	**68.976**
Ganho atuarial com planos de benefícios de aposentadoria	22	2.298	1.165
Tributos sobre ganho atuarial com planos de benefícios de aposentadoria		(781)	(396)
Resultado abrangente do exercício		**73.377**	**69.745**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Editora Bem Parana Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 51F8-E9E4-4948-1B43.

continuação

COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS - COMPAGAS

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**86.438**	**99.354**
Depreciação e amortização	15 e 16	28.400	32.318
Provisão para perdas de crédito esperadas	9	735	8.505
Perda (ganho) para ajuste de preço nas operações de compra de gás	11	2.300	2.521
Provisão para contingências	21	(11.731)	382
Juros apropriados	18	64.162	13.658
Resultado nas alienações de imobilizado e intangível	15 e 16	4	1.874
		170.308	**158.612**
Aumento (redução) líquido nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes e outras		14.184	(16.178)
Estoques		(134)	80
Tributos a recuperar		14.236	(31.222)
Créditos nas operações gás		2.302	(38.126)
Depósitos judiciais		(1.534)	(1.063)
Despesas antecipadas		48	158
Ativo regulatório		(16.019)	11.184
Outros ativos		(6.827)	–
Fornecedores		(18.166)	5.664
Imposto de renda e contribuição social pagos		(18.962)	(39.245)
Obrigações trabalhistas e encargos sociais		(1.233)	(254)
Outras contas a pagar		24.369	(5.231)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**162.572**	**44.379**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo intangível		(99.476)	(45.709)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(99.476)**	**(45.709)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(68.976)	(93.078)
Pagamento de debêntures		(312.812)	(73.750)
Captação de debêntures, líquido de gastos de captação		410.000	110.000
Amortização de principal sobre arrendamentos		(2.691)	(4.753)
Pagamento de juros sobre arrendamentos		(1.056)	–
Pagamento de encargos		(10.974)	(1.987)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		**13.491**	**(63.568)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**76.587**	**(64.898)**
No início do exercício		36.539	101.437
No fim do exercício		113.126	36.539
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**76.587**	**(64.898)**

Transações que não envolveram caixa: A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa e, portanto, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

• Dividendos mínimos obrigatórios reconhecidos e não pagos no montante de R$ 32.273 (R$ 17.244 em 31 de dezembro de 2024) (Nota 23).

Apresentação de juros e dividendos: Os juros, dividendos e juros sobre capital próprio pagos são classificados como fluxo de caixa de atividades de financiamento, pois considera-se que são referentes aos custos de obtenção de recursos financeiros. Os juros recebidos e os juros pagos sobre as obras em andamento e ativos de contrato, assim como dividendos e juros sobre capital próprio recebidos são classificados como fluxo de caixa de atividades de investimentos.

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma)

1. Contexto operacional: A Companhia Paranaense de Gás - Compagas ("Companhia") foi constituída em 6 de julho de 1994, com sede na Avenida João Gualberto, 1698, em Curitiba, cuja atividade principal é a exploração do serviço público de distribuição de gás natural canalizado, conforme estabelece a Lei Estadual nº 10.856/94, que promulga a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do Art. 25 da Constituição Federal. A Companhia iniciou suas operações comerciais em 1º de outubro de 1998. Em 31 de dezembro de 2024, possuía uma rede de distribuição de 903 km e em 31 de dezembro de 2025, 934,2 km. A Companhia conta com 167 colaboradores em 31 de dezembro de 2024 e 2025. A Companhia possui contrato que outorga e regula a concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado no Estado do Paraná, datado de 06 de julho de 1994 e, aditado em 26 de dezembro de 2022. No aditamento, o prazo da concessão foi renovado, com fundamento no artigo 16 da Lei Complementar Estadual nº 205, de 17 de dezembro de 2017, e passa a viger até 06 de julho de 2054. A Companhia é controlada pela Compass Dois Ltda., que detém 51% de seu capital social, tendo como acionistas não controladores a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda., que possui 24,5% das ações, e Commit Gás S.A., com os demais 24,5%. O objeto da concessão consiste na exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado e demais atividades correlatas e afins, para utilização por todos os segmentos do mercado consumidor, seja como matéria-prima, seja para geração de energia ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos. **Impactos da Reforma Tributária:** Em 16 de janeiro de 2025 foi sancionada a Lei Complementar 214/2025 que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e determina que, a partir de 01 de janeiro de 2026, se inicia o período teste com a obrigatoriedade de destaque desses tributos em documento fiscal de forma informativa. Em 22 de dezembro de 2025, foi publicado o Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 1 que trouxe a prorrogação do destaque do IBS e CBS até o primeiro dia do quarto mês subsequente ao da publicação da parte comum dos regulamentos do IBS e da CBS. Até a presente data tal regulamento não foi publicado. Em conclusão ao descrito acima não haverá impactos nas peças contábeis e recolhimento dos tributos para o exercício de 2026. A Companhia está adaptando-se em preparação para o cumprimento das regulamentações aplicáveis. **2. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS® *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC® *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As informações materiais próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para os itens mensurados ao valor justo em contrapartida ao resultado, conforme nota explicativa 6. A Administração da Companhia concluiu que não há incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado e permanece segura em relação à continuidade das operações e utilizou referida premissa como base para preparação dessas demonstrações financeiras. Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração em 31 de março de 2026. **3. Políticas contábeis, premissas e estimativas materiais:** As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo: **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, geram e consomem caixa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Essas estimativas e premissas são avaliadas continuamente e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis e relevantes sob as circunstâncias. Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 9 - determinação dos montantes de receita não faturada e da provisão para perdas de crédito esperadas. • Nota 13 - incerteza quanto ao valor, quando e como o ativo setorial será conforme previsto contratualmente. • Nota 15 - avaliação da recuperabilidade dos ativos não financeiros. • Nota 16 - representam obras em andamento vinculadas a concessão de distribuição de gás. **4. Informações por segmento:** A Companhia adota como base o CPC 22 (Informações por Segmento), inspirado no IFRS 8, o qual requer a divulgação de informações financeiras por segmentos operacionais. Conforme avaliação da Administração, a Companhia atua em uma única atividade operacional de forma integrada e homogênea, com foco exclusivo na distribuição de gás natural dentro de uma única região geográfica, no estado do Paraná. No exercício de suas atividades, a Companhia atende a dois tipos de mercados principais: clientes cativos, que são atendidos em condições reguladas pela Agência Reguladora (AGEPAR), incluindo tarifas e condições contratuais padronizadas, e clientes livres, que possuem maior flexibilidade na negociação de contratos de suprimento, devido à possibilidade de escolha de seus fornecedores de gás natural, também nas condições estabelecidas pela AGEPAR. Apesar dessa distinção entre os perfis de clientes, as operações da Companhia são conduzidas de forma integrada, sem a existência de unidades de negócio separadas ou segmentos operacionais que atendam aos critérios estabelecidos pelo CPC 22, tais como a geração de receitas e despesas separadas, avaliação de performance por CODM (*Chief Operating Decision Maker*) ou a apresentação de informações financeiras individualizadas. Dessa forma, a Companhia conclui que não possui segmentos reportáveis, não havendo informações adicionais a serem divulgadas em conformidade com o CPC 22. **5. Normas contábeis: Normas contábeis vigentes a partir de 2025: Alterações ao CPC 18 (R3)/IAS28 - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações no Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2)/IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** A alteração especifica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver conversibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem como a falta de conversibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Novas normas e interpretações ainda não efetivas: IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras:** O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras. Além disso, foi alterado o ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras consolidadas e notas explicativas às demonstrações financeiras. **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** As alterações nos pronunciamentos técnicos buscam tornar-se determinados requisitos da norma mais claros e consistentes considerando os seguintes temas: (i) classificação dos ativos financeiros com características atreladas a temas Environmental, Social and Governance ("ESG"); (ii) Desreconhecimento de passivos liquidados através de sistemas de pagamento eletrônico. Em complemento introduzem requisitos de divulgação adicional para empresas com investimento em instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **6. Ativos e passivos financeiros: Política contábil:** A classificação dos ativos e passivos financeiros é baseada em dois critérios: • O modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e • Se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial, os ativos financeiros e passivos financeiros são mensurados ao seu valor justo acrescidos ou deduzidos de eventuais custos de transação. A mensuração subsequente será conforme a classificação dada: • Custo amortizado - juros e eventuais perdas de crédito esperadas reconhecidos no resultado. • Valor justo pelo resultado (VJR) - valor justo reconhecido no resultado. • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - valor justo reconhecido em outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Quando há modificação do passivo, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, o passivo anterior será baixado e um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Os ativos e passivos financeiros são demonstrados conforme classificados abaixo:

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativos			
Custo amortizado [1]			
Caixa e equivalentes de caixa		113.126	36.539
Contas a receber de clientes		62.312	77.231
Créditos nas operações de venda e aquisição de gás		46.781	49.083
Depósito judiciais		2.657	1.123
Ativo financeiro		1.752	–
Total		**226.628**	**163.976**
Passivos			
Custo amortizado [1]			
Fornecedores		45.507	63.673
Empréstimos e debêntures		468.838	318.645
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		27.432	17.244
Passivo com arrendamentos		11.823	12.924
Débitos nas operações sobre venda de gás		3.865	643
Total		**557.465**	**413.129**

[1] O valor justo dos ativos e passivos financeiros da Companhia mensurados a custo amortizado não difere significativamente dos seus valores contábeis. **7. Gestão de risco financeiro:** O gerenciamento de risco financeiro da Companhia considera as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, as quais fornecem princípios escritos para o gerenciamento de risco global e de áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excesso de liquidez. A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio. **Risco da taxa de juros:** A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de avaliar a eventual necessidade de contratação de instrumentos financeiros derivativos, de forma a garantir a proteção contra a volatilidade dessas taxas e minimizar impactos das disparidades entre seus ativos e passivos. O cenário provável considera uma projeção dos indicadores econômicos em 12 meses, elaborada por uma consultoria especializada. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nos indicadores econômicos usados no cenário provável. Os principais efeitos oriundos de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível dos indicadores econômicos afetaria a mensuração de ativos e passivos financeiros, o patrimônio líquido e o resultado pelas quantias indicadas abaixo:

			Provável			Cenários	
Exposição taxa de juros	**Exposição**	**Indexador**	**Valor**	**25%**	**50%**	**(25%)**	**(50%)**
Caixa e equivalentes de caixa	113.126	CDI	15.204	19.005	22.806	11.403	7.602
Empréstimos e debêntures	(468.838)	CDI	(63.012)	(78.765)	(94.518)	(47.259)	(31.506)
Total	**(355.712)**		**(47.808)**	**(59.760)**	**(71.712)**	**(35.856)**	**(23.904)**

Risco de preço e mercado: A Companhia possui uma margem mínima assegurada através do contrato de concessão, o risco de preço acontece momentaneamente entre as revisões tarifárias até que uma nova tarifa seja deliberada pelo Poder Concedente. **Risco cambial:** Os riscos cambiais estão relacionados as flutuações do dólar que impactam diretamente no preço de aquisição do gás. Este risco é mitigado no repasse ao consumidor final via tarifa, quando deliberado pelo Poder Concedente. **Risco de crédito:** As operações regulares da Companhia expõem-na a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. Os montantes de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de "A" nacional. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria de acordo com a política da Companhia. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
AAA	113.032	35.027
Total	**113.032**	**35.027**

Risco de liquidez: A abordagem da Companhia é assegurar liquidez suficiente para cumprir seus passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação.

				31/12/2025	31/12/2024
Descrição do passivo	**Até 1 Ano**	**1 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Total**	**Total**
Empréstimos e debêntures	–	(468.838)	–	(468.838)	(318.465)
Fornecedores	(45.507)	–	–	(45.507)	(63.673)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(27.432)	–	–	(27.432)	(17.244)
Passivos de arrendamento	(2.205)	(7.591)	(2.027)	(11.823)	(12.924)
Pagáveis a partes relacionadas	(2.486)	–	–	(2.486)	(267)
Débitos nas operações de venda e aquisição de gás	(3.865)	–	–	(3.865)	(643)
Total	**(81.495)**	**(476.429)**	**(2.027)**	**(559.951)**	**(413.216)**

8. Caixa e equivalentes de caixa: Política contábil: Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos à ordem e investimentos de alta liquidez com vencimento de três meses ou menos a partir da data de aquisição e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e depósitos bancários		
Caixa e depósitos bancários	94	1.512
Total	**94**	**1.512**
Aplicações em bancos		
Compromissadas	22.201	5.616
Certificado de depósitos bancários - CDB	90.831	29.411
Total	**113.032**	**35.027**
Total	**113.126**	**36.539**

As aplicações financeiras são realizadas com banco de primeira linha e foram rentabilizadas a taxas em torno de 100% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") em 31 de dezembro de 2025 e 2024, com rendimentos e liquidez diários. **9. Contas a receber de clientes: Política contábil:** As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo da contraprestação que é incondicional devida por um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido), a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor presente. A Companhia mantém os saldos de contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos. Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. Uma provisão para perdas de crédito esperadas é reconhecida como despesas de vendas. As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas neste período. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	31/12/2025	31/12/2024
Distribuição de gás canalizado	73.056	89.328
Receita não faturada [1]	9.920	7.832
Subtotal	**82.976**	**97.160**
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(20.664)	(19.929)
Total	**62.312**	**77.231**
Circulante	62.301	77.163
Não circulante	11	68
Total	**62.312**	**77.231**

[1] A receita não faturada refere-se à parte do fornecimento e comercialização de gás no mês, cuja medição e faturamento ainda não foram efetuados, contudo já registrado no balanço para fins de competência. A composição das contas a receber por intervalo de vencimento é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	52.648	67.991
Vencidas:		
Vencidos entre 3 e 30 dias	4.343	2.426
Vencidos entre 31 e 60 dias	1.597	441
Vencidos entre 61 e 90 dias	635	383
Vencidos entre 91 e 180 dias	222	5.538
Vencidos entre 181 e 360 dias	6.465	2.351
Vencidos acima de 360 dias	17.066	18.030
Provisão para perdas de crédito esperadas	(20.664)	(19.929)
Total	**62.312**	**77.231**

A variação nas perdas de crédito esperadas é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	**(19.929)**	**(12.792)**
Adições líquidas das reversões	(2.300)	(8.505)
Baixas	1.565	1.368
Total	**(20.664)**	**(19.929)**

10. Partes relacionadas: Pagáveis a partes relacionadas:

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante		
Operações administrativas e outras		
Compass Gás e Energia S.A.	119	–
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	57	115
Commit Gás S.A.	2.231	152
Comgás Cia. de Gás de São Paulo S.A.	15	–
Edge Participações Ltda.	64	–
Total	**2.486**	**267**

Transações com partes relacionadas:

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas compartilhadas [1]		
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	517	625
Commit Gás S.A.	3.405	521
Edge Participações	11.302	–
Total	**15.224**	**1.146**

[1] Reembolso de salários de colaboradores cedidos pelos acionistas, compra de gás e reembolso de despesas administrativas. **Remuneração dos administradores e diretores:** A Companhia possui uma política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração. A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia inclui salários, contribuições e benefícios.

	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração e benefício de curto prazo a empregados e administradores	6.383	3.435
Benefícios pós-emprego e previdência privada	1.843	2.134
Total	**8.226**	**5.569**

11. Operações de venda e aquisição de gás: Política contábil: Os créditos de aquisição de volumes de gás são registrados pelo custo de aquisição conforme definição entre a Companhia e o fornecedor e são atualizados de acordo com a regra contratual. O volume de gás mínimo não retirado está sujeito a compensação futura. A Companhia possui o direito de retirar o gás em meses subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido até o mês de julho de 2054.

11.1 Créditos nas operações comerciais de gás:

	31/12/2025	31/12/2024
Créditos de gás QPNR (Quantidade Paga não Retirada)	–	57.750
Impairment de gás QPNR (Quantidade Paga não Retirada)	–	(11.153)
Débitos de gás QPNR (Quantidade Paga não Retirada)	–	(46.597)
Total	**–**	**–**
Créditos de gás QPNR (Quantidade Paga não Retirada) [1]	46.781	49.083
Total	**46.781**	**49.083**
Ativo circulante	46.781	49.083
Ativo não circulante	–	–
Total	**46.781**	**49.083**

[1] Refere-se ao contrato de aquisição de gás junto à Petrobras, relativo à aquisição de volumes e capacidades de transporte contratados e garantidos, superiores àqueles efetivamente retirados e utilizados, incluindo cláusula de compensação futura. A Companhia possui o direito de retirar o gás em meses subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido, num prazo de até 120 dias após o vencimento do contrato. Este saldo é corrigido trimestralmente atualizando o valor de recuperação. De acordo com as disposições contratuais e perspectivas de consumo, a Companhia estima compensar integralmente os volumes até o final do ano de 2028. De acordo com o contrato de fornecimento entre Compagas e Araucária Nitrogenados (ANSA), o cliente tinha direito de utilizar seu saldo de Quantidade Paga e não Retirada - QPNR até dezembro de 2020, entretanto a unidade foi hibernada pela Petrobras em fevereiro de 2020, resultando em saldo de QPNR residual (volume de 55.770.890 m³). Em 2021, devido ao término do contrato em dezembro de 2020 e, diante da falta de consenso entre as partes e da compensação dos créditos de compra de gás efetuada pela Petrobras, no montante de R$ 11.153 a Compagas registrou o *impairment* do valor. Em dezembro de 2025 as partes envolvidas firmaram um acordo para resolver tal controvérsia e, outras discussões que a Companhia mantinha com a Petrobras, que resultou no direito a receber de R$15.000. Desta a forma, a Companhia, reverteu o *impairment* ora constituído e, reclassificou o saldo a receber para a rubrica de outras contas a receber.

11.2 Débitos nas operações comerciais de gás:

	31/12/2025	31/12/2024
Débitos de gás QPNR (Quantidade Paga não Retirada) [1]	3.865	643
Total	**3.865**	**643**

[1] Referem-se a contratos de venda de gás junto a Clientes, relativo à venda de volumes e capacidades de transporte contratados e garantidos, superiores àqueles efetivamente retirados e utilizados, incluindo cláusula de compensação futura. Os clientes possuem o direito de retirar o gás em meses subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido de acordo com as disposições contratuais e perspectivas de consumo. **12. Outros tributos a recuperar: Política contábil:** Os ativos fiscais são mensurados ao custo e corrigidos monetariamente quando esse direito for assegurado e são reconhecidos quando há tributos pagos que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais. Os passivos fiscais são mensurados ao custo e representam uma obrigação presente junto as autoridades fiscais. A composição dos impostos e tributos é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
COFINS a compensar	13.736	38.949
PIS a compensar	–	5.924
IRRF a compensar	3.893	1.205
Total	**17.629**	**46.078**
Circulante	17.629	46.078
Total	**17.629**	**46.078**

Em 28 de março de 2019, transitou em julgado o Mandado de Segurança nº 2007.70.00.002511-0/0002511-27.2007.4.04.7000, com decisão favorável à Companhia, reconhecendo o direito de excluir o ICMS (valor destacado em nota fiscal) da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do artigo 74 da Lei nº 9.430/96. **13. Ativos setoriais:** Os ativos e passivos financeiros setoriais têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado das distribuidoras, em função da diferença entre custo de gás e alíquotas de tributos contidas nas deliberações/resoluções emitidas pela agência reguladora AGEPAR, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária. Desta forma, conforme previsto contratualmente, reconhece os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações financeiras obtido pela diferença entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários, gerando um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa,

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Editora Bem Parana Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 51F8-E9E4-4948-1B43.

continuação

COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS - COMPAGAS

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma)

ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário das distribuidoras. Os valores que compõem este saldo foram calculados de acordo com as premissas determinadas nas resoluções AGEPAR 028/2022 e 004/2022 e foram objeto de revisão pelo órgão regulador. A movimentação do ativo (passivo) financeiro setorial líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi a seguinte:

	Ativos setoriais
Saldo em 31/12/2023	**14.537**
Custo do gás	(11.184)
Saldo em 31/12/2024	**3.353**
Custo do gás	19.372
Saldo em 31/12/2025	**19.372**

14. Imposto de renda e contribuição social: Política contábil: A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido. **Imposto de renda e contribuição social corrente:** É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **Imposto de renda e contribuição social diferido:** É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação e, para prejuízos fiscais e base negativa à medida que apresentem expectativa de recuperabilidade futura. A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de reporte, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão. Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável. **Exposição fiscal:** Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes. Tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada. **Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. **Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social:**

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	86.438	99.354
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	**(29.389)**	**(33.780)**
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Diferenças permanentes (doações, brindes etc.)	3.573	3.402
Despesas não dedutíveis	265	–
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	**(25.551)**	**(30.378)**
Taxa efetiva - %	**32%**	**31%**

Ativos e passivos de imposto de renda diferido: Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Créditos ativos de:		
Diferenças temporárias:		
Provisão para perdas de crédito esperadas	7.026	4.865
Provisão para demandas judiciais	9.028	5.696
Provisões diversas	4.154	6.740
Arrendamentos	450	–
Total	**20.658**	**17.301**
Débitos passivos de:		
Diferenças temporárias		
Direito de concessão - intangível	(32.313)	(32.313)
Total	**(32.313)**	**(32.313)**
Total	**(11.655)**	**(15.012)**

As movimentações ocorridas entre os exercícios nos impostos diferidos tiveram impacto no resultado do exercício. E há impacto em outros resultados abrangentes referente ao cálculo atuarial. **Incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui provisão para incertezas quanto ao tratamento de tributos sobre o lucro que foram materializadas por meio de autos de infração (contingências prováveis). **15. Intangível: Política contábil: Ativos intangíveis relacionados ao contrato de concessão:** A Companhia possui um contrato de concessão pública para um serviço de distribuição de gás no qual o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, a Companhia reconhece esse direito como um ativo intangível. **Fidelização de clientes:** Os investimentos realizados para viabilizar a ligação de clientes à rede de distribuição de gás, necessários para permitir o fornecimento de gás natural a partir da rede existente. Tais investimentos são reconhecidos como ativos intangíveis, uma vez que estão associados ao direito de fornecimento de gás ao cliente durante o prazo contratual. Esses ativos são amortizados de forma linear ao longo do período de vigência dos contratos. A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço ao Poder Concedente e a receita relacionada é reconhecida a valor justo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são capitalizados. A Companhia não reconhece margem na construção da infraestrutura. Os ativos da Companhia cuja vida útil exceder o prazo do contrato de concessão têm a parcela correspondente ao excedente reconhecida como um ativo financeiro, corrigido monetariamente, por representar um direito a receber junto ao poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01/IFRIC 12 - Contratos de Concessão. **Despesas subsequentes:** As despesas subsequentes são capitalizadas somente quando gerarem benefícios econômicos futuros e, são incorporadas no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Amortização:** A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil-econômica na qual os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Para os ativos relacionados aos contratos de concessão, a amortização é limitada ao prazo máximo da concessão. A amortização dos ativos intangíveis é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. **Redução ao valor recuperável dos ativos:** A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos com vida útil definida, e é realizado teste quantitativo apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

	Direito de concessão	Rede de Distribuição de Gás	Total
Valor de custo			
Saldo em 31/12/2023	**647.762**	**419.667**	**1.067.429**
Baixas	–	(1.443)	**(1.443)**
Transferências	–	15.652	**15.652**
Saldo em 31/12/2024	**647.762**	**433.876**	**1.081.638**
Adições	–	13.414	**13.414**
Baixas	–	(938)	**(938)**
Transferências [1]	–	46.327	**46.327**
Saldo em 31/12/2025	**647.762**	**492.679**	**1.140.441**
Valor de amortização			
Saldo em 31/12/2023	**–**	**(372.570)**	**(372.570)**
Adições	(10.796)	(17.231)	**(28.027)**
Baixas	–	448	**448**
Transferências	–	722	**722**
Saldo em 31/12/2024	**(10.796)**	**(388.631)**	**(399.427)**
Adições	(21.592)	(4.296)	**(25.888)**
Baixas	–	848	**848**
Saldo em 31/12/2025	**(32.388)**	**(392.079)**	**(424.467)**
Saldo em 31/12/2024	**636.966**	**45.245**	**682.211**
Saldo em 31/12/2025	**615.374**	**100.600**	**715.974**
Vida útil (ao ano)	30 anos	10 - 30 anos	**–**

[1] Do montante transferido de ativo de contrato, uma parcela foi reclassificada para ativo financeiro no montante de R$ 1.741 (R$ 0,00 exercício findo em 31 de dezembro de 2024). **Teste de redução ao valor recuperável:** Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos foram agrupados como uma única unidade geradora de caixa, visto a proveniência de caixa ser a nível da distribuição através do contrato de concessão, bem como a tomada de decisão da Administração é feita com base no resultado e gestão de caixa da Companhia como um todo. Com base na análise dos fatores internos e externos, concluímos que não há indícios de que o valor contábil da UGC única (ativo intangível da concessão) exceda seu valor recuperável na data-base 31/12/2025. **16. Ativos de contrato: Política contábil:** Os ativos do contrato representam obras em andamento vinculadas a concessão de distribuição de gás. São mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos com rateio de mão de obra mensal e custos de empréstimos capitalizados em contrapartida a receita de construção. Até que os ativos de contrato entrem em operação e possam ser considerados na base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão, os valores representam um direito contratual de serem incorporados na tarifa. Quando os ativos entram em operação, os valores amortizáveis dentro do prazo do contrato de concessão são transferidos para ativos intangíveis, enquanto a parte amortizável que excede o prazo do contrato de concessão é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber do poder concedente.

	Nota	Ativos de contrato
Saldo em 31/12/2023		**44.039**
Adições		45.709
Baixas		(878)
Transferências		(16.374)
Saldo em 31/12/2024		**72.496**
Adições		86.642
Baixas		85
Transferências		(46.327)
Saldo em 31/12/2025		**112.896**

Capitalização de mão de obra gerada internamente: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram capitalizados R$ 99.476 (R$86.642 ativos de contrato e R$12.834 intangível) referente à capitalização de mão de obra gerada internamente (R$ 46.621 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, onde R$45.709 se trata de ativo de contrato e R$912 ativo intangível). **17. Arrendamentos: 17.1. Direito de uso: Política contábil:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Além disso, a Companhia considera quando aplicável uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para remensurações do passivo de arrendamento.

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Veículos	Total
Valor de custo			
Saldo em 31/12/2023	**10.321**	**315**	**10.636**
Adições e reajustes contratuais	2.764	2.538	5.292
Saldo em 31/12/2024	**13.075**	**2.853**	**15.928**
Adições e reajustes contratuais	757	833	**1.590**
Saldo em 31/12/2025	**13.832**	**3.686**	**17.518**
Valor de amortização			
Saldo em 31/12/2023	**(2.556)**	**(832)**	**(3.338)**
Adições	(390)	(513)	**(903)**
Saldo em 31/12/2024	**(2.946)**	**(1.345)**	**(4.291)**
Adições	(1.614)	(1.114)	**(2.728)**
Saldo em 31/12/2025	**(4.560)**	**(2.459)**	**(7.019)**
Saldo em 31/12/2024	**10.579**	**1.058**	**11.637**
Saldo em 31/12/2025	**9.272**	**1.227**	**10.499**

17.2. Passivo de arrendamento: Política contábil: Na data de início de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluídos na mensuração do passivo do arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa; • Valores que se espera que sejam pagos pelo locatário, de acordo com as garantias do valor residual; • O preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida, e o pagamento de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício do locatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Para determinar a taxa incremental, a Companhia: • Quando possível, usa o financiamento de terceiros recente recebido pelo locatário individual como ponto de partida, ajustado para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que o financiamento de terceiros foi recebido; • Usa uma abordagem de acumulação que começa com uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, que não tem financiamento recente de terceiros; • Faz uma estimativa de custo de captação, utilizando premissas do contrato, como por exemplo: prazo médio, moeda de contratação, garantias, entre outros. A taxa incremental de juros (nominal) utilizada pela Companhia foi determinada com base nas taxas de juros, ajustada a moeda funcional e aos prazos de seus contratos. Foram utilizadas taxas entre 14,70% e 16,06%, de acordo com o prazo e moeda de cada contrato. Adicionalmente, para a mensuração do passivo de arrendamento, a Companhia contabiliza dois ou mais contratos em conjunto desde que: • Tenham sido firmados com a mesma contraparte ou parte relacionada da contraparte; • Tenham sido celebrados em datas próximas; • Se os contratos não puderem ser entendidos sem considerados em conjunto; • Se tiverem obrigações de performance/contraprestações inter-relacionadas nos contratos; • Se os direitos de usar os ativos subjacentes transferidos nos contratos constituírem um único componente do arrendamento. Os pagamentos associados aos arrendamentos de curto prazo e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado. Os arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos. Na determinação do prazo do arrendamento, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para exercer a opção de prorrogação, ou não exercer a opção de rescisão. As opções de extensão (ou períodos após as opções de rescisão) só estão incluídas no prazo do arrendamento se houver certeza razoável de que será prorrogado (ou não rescindido). A movimentação dos arrendamentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi a seguinte:

Saldo em 31/12/2023	**11.573**
Adições e reajuste contratual	6.014
Baixas	(1.454)
Apropriação de juros	1.545
Amortização de principal	(3.198)
Pagamento de juros	(1.556)
Saldo em 31/12/2024	**12.924**
Adições e reajuste contratual	1.590
Apropriação de juros	1.055
Amortização de principal	(2.691)
Pagamento de juros	(1.055)
Saldo em 31/12/2025	**11.823**
Circulante	2.205
Não circulante	9.618
Total	**11.823**

O *aging* dos arrendamentos é o seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
1 Ano	2.205	2.370
1 a 2 Anos	2.740	2.501
2 a 3 anos	2.525	2.766
3 a 5 anos	2.326	2.721
Acima de 5 anos	2.027	2.566
Total	**11.823**	**12.924**

18. Empréstimos e debêntures: Política contábil: Os empréstimos e debêntures são classificados como custo amortizado. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida no resultado do período como outros rendimentos ou gastos financeiros. São classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são inicialmente mensurados pelos seus valores justos e, se não designados como ao valor justo por meio do resultado, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: • O montante da obrigação nos termos do contrato; e • O valor inicialmente reconhecido menos, quando apropriado, a amortização acumulada reconhecida de acordo com as políticas de reconhecimento de receita. Os termos e condições dos empréstimos pendentes são os seguintes:

			Encargos financeiros		
Descrição	**Indexador**	**Taxa anual de juros**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Banco ABC Brasil S.A.	DI + 1,36%	16,26%	–	60.000
Banco Itaú S.A.	DI + 0,65%	15,55%	–	50.000
4ª Debênture	DI + 2,24%	17,14%	–	208.465
5ª Debênture	DI + 0,50%	15,40%	468.838	–
Total			**468.838**	**318.465**
Circulante			**–**	**189.559**
Não circulante			**468.838**	**128.906**

Os empréstimos e debêntures não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2025	31/12/2024
1 a 2 anos	468.838	263.166
2 a 3 anos	–	55.299
Total	**468.838**	**318.465**

Abaixo a movimentação dos empréstimos e debêntures ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Saldo em 31/12/2024	**318.465**
Captação	410.000
Pagamento de principal	(312.812)
Pagamento de juros	(10.974)
Juros e variação monetária	64.159
Saldo em 31/12/2025	**468.838**

Captações do exercício:

Segmento/modalidade	Empresa	Data	Taxa	Objetivo	Valor	Vencimento
Debêntures	Compagas	Jan/2025	DI + 0,50%	Investimentos	410.000	Jan/2027

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão foram destinados: (i) para resgate antecipado da totalidade das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da 4ª (quarta) emissão Emissora, nos termos do Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, sob Rito de Registro Automático de Distribuição, da Companhia Paranaense de Gás COMPAGAS celebrado em 06 de julho de 2023, entre a Emissora e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Debêntures da 4ª Emissão até 31 janeiro de 2025; e (ii) o saldo remanescente ao pagamento do resgate da totalidade das Debêntures da 4ª Emissão, se houver, para reforço de capital de giro da Emissora. **Cláusulas restritivas (*"Covenants"*)** Sob os termos das principais linhas de debênture, a Companhia é obrigada a cumprir as seguintes cláusulas financeiras:

Dívida	Meta	Índice
5ª debênture	Dívida líquida/[1]EBITDA[1] não poderá ser superior a 4,00	2,26

[1] A dívida líquida consiste no saldo de endividamento circulante e não circulante, líquido de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. (ii) Corresponde ao EBITDA acumulado dos últimos doze meses. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia permanece adimplente com todas as cláusulas restritivas financeiras e não financeiras. **19. Compromissos:** A Companhia possui compromissos financeiros assumidos em decorrência de contratos de concessão e de aquisição de gás. O valor presente estimado desses compromissos totaliza R$ 2.199, em 31 de dezembro de 2025 (R$ 5.006) em 31 de dezembro de 2024. **20. Fornecedores: Política contábil:** As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 90 dias do reconhecimento.

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de gás e transportes de gás	(30.451)	(55.426)
Fornecedores de materiais e serviços	(15.056)	(8.247)
Total	**(45.507)**	**(63.673)**

21. Provisão para demandas e depósitos judiciais: Política contábil: As provisões para demandas judiciais são reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os depósitos judiciais são reconhecidos pelo valor pago e posteriormente corrigidos monetariamente.

Provisão para demandas judiciais:

	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2023	16.036	395	**16.431**
Provisionado no período	–	347	**347**
Baixas por reversão/pagamento	(24)	–	**(24)**
Saldo em 31/12/2024	**16.012**	**742**	**16.754**
Provisionado no período	8.621	3.801	**12.422**
Baixas por pagamento	(1.289)	(867)	**(2.156)**
Baixas por reversão [1]	(21.531)	–	**(21.531)**
Atualização monetária	66	51	**117**
Saldo em 31/12/2025	**1.856**	**4.009**	**5.606**

[1] Acordo realizado com a Fundação Copel, o saldo foi transferido para outros passivos. **Perdas possíveis:** As ações judiciais cuja probabilidade de perda é possível e, por consequência, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras estão descritas abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Tributárias	75.034	21.870
Cíveis, regulatórias e ambientais	100.160	101.885
Trabalhistas	3.270	4.528
Total	**178.464**	**128.283**

Tributárias: As principais demandas judiciais tributárias, cuja probabilidade de perda é possível e, por consequência, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras, estão relacionadas a tributos indiretos. As oscilações fiscais incertas de imposto de renda e contribuição social foram avaliadas individualmente com base na probabilidade de aceitação pela autoridade fiscal. **Cíveis, ambientais e regulatórias:** As entidades são partes em uma série de ações judiciais cíveis e arbitragens relacionadas à (i) indenização por danos materiais e morais; (ii) rescisão de diferentes tipos de contratos; e (iii) cumprimentos de termos de ajustamento de conduta, dentre outras questões. **Trabalhistas:** Os processos trabalhistas referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos ao pagamento de: horas extras e reflexos, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, responsabilidade subsidiária/solidária, dentre outros. **22. Benefício pós-emprego: Política contábil:** O custo do plano de benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias premissas que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas, as quais são revisadas anualmente pela Administração. Os principais benefícios estão descritos a seguir. **Planos de benefício definido:** *Plano médico*: A Companhia possui plano de benefícios definido relacionados a assistência médica no qual é oferecido o Plano Pró-Saúde para funcionários e dependentes, com contribuições mensais da patrocinadora e empregados. Os beneficiários na aposentadoria terão direito de permanecer de forma vitalícia no plano. Os principais riscos deste plano são maior sobrevida dos beneficiários e maior custo de inflação médica em relação àqueles considerados nos cálculos. *Plano de previdência*: A Companhia oferece plano de contribuição definida do tipo misto, que é caracterizado pela acumulação de poupança durante a fase de atividade dos empregados e quando da aposentadoria é convertido em renda vitalícia. Os principais riscos deste plano são maior sobrevida dos beneficiários e maior crescimento salarial em relação àqueles considerados nos cálculos. A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios definidos representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado. A Companhia realizou a análise atuarial do plano previdenciário de benefício definido o qual está superavitário. Os detalhes estão a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Obrigação no final do exercício	(46.780)	(32.604)
Ativos financeiros no final do exercício	54.476	42.435
Superavit apurado	**7.696**	**9.831**
Efeito do limite do ativo	(7.696)	(9.831)

As movimentações dos planos de benefício definido são como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Obrigação de benefício definido no início do exercício	8.666	8.608
Custo dos serviços correntes	275	316
Juros sobre obrigação atuarial	1.001	907
Ganhos atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras e ajustes pela experiência [1]	(2.298)	(1.165)
Obrigação de benefício definido no final do exercício	**7.644**	**8.666**

[1] O resultado desta análise é reconhecido como outros resultados abrangentes acumulados. As premissas que afetam as demonstrações de resultados abrangentes são revisadas anualmente, sendo as principais destacadas abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de desconto	7,22% a.a.	7,43% a.a.
Taxa de inflação	4,05% a.a.	4,96% a.a.
Crescimento salarial médio	–	–
Inflação (*aging factor*)	2,2%	–
Inflação médica	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Mortalidade geral (segregada por sexo)	AT-200 (basic segregada por sexo)	AT-200 (basic segregada por sexo)
Mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Entrada em invalidez (modificada)	TASDA 1927	TASDA 1927
Rotatividade	1,49% a.a.	1,43% a.a.
Idade para aposentadoria	N/A	N/A

Em 31 de dezembro de 2025, a duração média ponderada da obrigação de plano médico era de 17,7 anos (18,4 anos em 2024). **Análise de sensibilidade:** A taxa de desconto e a inflação médica são premissas atuariais relevantes e, portanto, a Companhia realizou a análise de sensibilidade para tal, identificando abaixo o valor que impactaria o saldo do passivo em cada cenário:

Taxa de desconto		Inflação médica	
Aumento	**Redução**	**Aumento**	**Redução**
0,50%	**-0,50%**	**0,50%**	**-0,50%**
(335)	351	335	(321)

23. Patrimônio líquido: Política contábil: Capital social: Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias são reconhecidos como dedução ao capital próprio. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política do imposto de renda e contribuição social. **Reserva legal:** É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20%

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Editora Bem Parana Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 51F8-E9E4-4948-1B43.

→ continuação

COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS - COMPAGAS

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma)

do capital, de acordo com a Lei 6.404, sendo que, conforme estatuto da Companhia se no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal. **Dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê que, ao final do exercício seja destinado o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme a legislação societária. Os dividendos, a destinação do lucro líquido do exercício e excesso das reservas de lucro, conforme determinado no art. 199 da Lei das Sociedades Anônima serão objetos de deliberações na próxima Assembleia Geral Ordinária. **Reserva especial:** A reserva especial referese à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício que não foi destinado como dividendos complementares, conforme disposto no Estatuto da Companhia. **Reserva de retenção de lucro:** A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro de exercícios anteriores, com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral. **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025, o capital subscrito da Companhia é de R$ 220.966, inteiramente integralizado, representando por 33.600 ações ordinárias com valor nominal de R$ 6,58, sendo 11.200 ordinárias e 22.400 preferenciais. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações em Assembleia Geral. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital social.

Quantidade de ações em 31/12/2025					
Acionistas	**ON**	**PN**	**%**	**Total**	**%**
Compass Dois Ltda.	5.712	11.424	51,00	17.136	51,00
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	2.744	5. 488	24,50	8.232	24,50
Commit Gás S.A.	2.744	5.488	24,50	8.232	24,50
Total	**11.200**	**22.400**	**100,00**	**33.600**	**100,00**

Quantidade de ações em 31/12/2024					
Acionistas	**ON**	**PN**	**%**	**Total**	**%**
Compass Dois Ltda.	5.712	11.424	51,00	17.136	51,00
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	2.744	5.488	24,50	8.232	24,50
Commit Gás S.A.	2.744	5.488	24,50	8.232	24,50
Total	**11.200**	**22.400**	**100,00**	**33.600**	**100,00**

Dividendos e juros sobre capital próprio:	
Saldo em 31/12/2023	**24.332**
Dividendos deliberados com base no saldo da reserva de lucros	68.746
Dividendos e juros sobre capital próprio do exercício corrente	17.244
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(93.078)
Saldo em 31/12/2024	**17.244**
Dividendos deliberados com base no saldo da reserva de lucros	51.732
Dividendos e juros sobre capital próprio do exercício corrente	32.273
Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto	(4.841)
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos e pagos	(68.976)
Saldo em 31/12/2025	**27.432**

Destinação do resultado do exercício		
	31/12/2025	**31/12/2024**
Resultado do exercício	71.860	68.976
Constituição da reserva legal - 5% (i)	–	–
Base de cálculo para distribuição de dividendos		
Dividendos mínimos obrigatórios	–	(17.244)
Juros sobre capital próprio declarados	(32.273)	–
Total do lucro do exercício a destinar	**39.587**	**51.732**

(i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve a constituição de reserva legal, conforme disposto no art. 193 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, prevê que 5% do lucro líquido será aplicado na constituição da reserva legal até o limite de 20% do capital social integralizado. O total do lucro do exercício a destinar foi alocado a Reserva Especial, conforme previsto no Estatuto Social em seu Artigo 69º § 3º e, caberá a próxima Assembleia Geral Ordinária deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício. **24. Receita operacional líquida:** **Política contábil:** A Companhia reconhece receitas das seguintes fontes principais: **Receita faturada:** A receita de distribuição e comercialização de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida no resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes baseadas nas medições mensais realizadas. **Receita não faturada:** Receita de gás não faturada refere-se à porção de distribuição gás fornecida para qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado considerando o volume médio faturado diário multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia no período não faturado em relação ao período faturado. Adicionalmente, sobre o referido volume é aplicado a tarifa vigente aprovada pelo órgão regulador. O volume real faturado pode ser diferente das estimativas. Com base em sua experiência histórica com operações similares, as subsidiárias, acreditam que o valor estimado não faturado não diferirá significativamente dos valores reais. **Receita de construção em concessão:** A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço de construção prestado ao Poder Concedente sendo reconhecida no resultado conforme evolução da construção. A receita de construção possui margem zero sendo reconhecido no custo de produtos vendidos uma despesa de igual valor. **Receita de prestação de serviços:** As receitas de serviços englobam taxas de serviços correlatos e acessórios, ao sistema de distribuição de gás, sendo reconhecidas quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão, quando o estágio de conclusão da transação no final do período puder ser determinado e mensurado de forma confiável, bem como quando seu montante e os custos relacionados podem ser mensurados com segurança. A seguir, é apresentada a composição da receita no exercício:

	Nota	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Receita bruta na distribuição de gás		847.146	1.031.725
Receita bruta na prestação de serviços		41.660	1.868
Receita de construção	15	99.476	46.621
Impostos sobre vendas e outras deduções		(173.912)	(208.019)
Receita operacional líquida		**814.370**	**872.195**

25. Custos e despesas por natureza: Política contábil: Os custos das vendas incluem o custo das aquisições de gás e transporte, líquido de impostos creditados. Os custos de construção são reconhecidos por referência a receita de construção. Os custos e despesas são apresentados na demonstração do resultado por função e desagregados por natureza na nota explicativa. Os custos e despesas são apresentados na demonstração do resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza/finalidade é a seguinte:

	Nota	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Custo do gás e transporte		(478.641)	(599.749)
Custo de construção	14	(99.476)	(46.621)
Depreciação e amortização		(28.400)	(32.316)
Gastos administrativos e comerciais		(39.726)	(41.859)
Gastos com pessoal		(41.291)	(50.924)
Total		**(687.534)**	**(771.469)**

26. Outras receitas operacionais líquidas:		
	31/12/2025	**31/12/2024**
Ajuste a valor justo operações comerciais de gás	(567)	(2.521)
Despesa com encargos contratuais	3.719	6.832
Resultado das provisões para contingências	(9.799)	(324)
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	(4)	(1.874)
Recuperação de despesas (*)	15.592	9.687
Outros	(3.621)	181
Total	**5.320**	**11.981**

(*) A Companhia firmou termo de acordo com fornecedor de gás para o ressarcimento de valores cobrados a maior em exercícios anteriores no montante de R$ 592 (R$ 9.358 em 31 de dezembro de 2024). R$ 15.000 referem-se ao Acordo firmado com a Petrobrás vide NE 11.1 - Créditos nas operações comerciais de gás. **27. Resultado financeiro líquido: Política contábil:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos na remensuração do valor justo de qualquer participação pré-existente em uma aquisição em uma combinação de negócios, ganhos em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado perda e contraprestação contingente, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. Os detalhes das receitas e despesas financeiros são os seguintes:

	31/12/2025	**31/12/2024**
Receitas Financeiras		
Juros e receitas financeiras de clientes	3.165	18.778
Rendimento de aplicações financeiras	20.291	4.635
Total	**23.456**	**23.413**
Despesas Financeiras		
Juros e variação monetária	(4.438)	(1.704)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(64.162)	(32.390)
Despesas bancárias, descontos financeiros e outros	(574)	(2.672)
Total	**(69.174)**	**(36.766)**
Resultado financeiro, líquido	**(45.718)**	**(13.353)**

28. Outros passivos:		
	31/12/2025	**31/12/2024**
Adiantamento de clientes	2.023	212
Cauções contratuais	2.858	2.858
Outros passivos	9.743	3.110
Fundação Copel (i)	15.926	–
Total	**30.550**	**6.180**

(i) Em 23 de setembro de 2025 houve o encerramento definitivo do procedimento arbitral e de toda e qualquer controvérsia entre as partes decorrente do contrato BTS-"built to suit", mediante pagamento de valores pela Compagas no montante de R$ 21.538 a serem pago a Fundação Copel parcelando em 12 vezes iniciando em outubro 2025. Em 2025 foram pagos o montando de R$ 5.604, contemplando juros e correção. **29. Resultado por ação: Política contábil: Lucro básico por ação:** O lucro básico por ação é calculado dividindo-se: • O lucro atribuível aos proprietários da Companhia, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e • Pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria, se aplicável.

	31/12/2025	**31/12/2024**
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	71.859	68.976
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares)	11.200	11.200
Quantidade média ponderada de ações preferenciais em circulação (em milhares)	22.400	22.400
Total de ações preferenciais e ordinárias	**33.600**	**33.600**
Resultado por ação - R$	**2,13869**	**2,05286**

30. Eventos subsequentes: Em 5 de março de 2026, a Compagas captou R$ 506 milhões por meio de sua 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única. A remuneração se dará pela maior taxa entre NTN-B 2040 - 0,54% a.a. e IPCA + 6,89% a.a., com prazo total de 15 anos. Os pagamentos de juros serão realizados semestralmente, e a amortização do principal ao longo do 13º, 14º e 15º anos. Os recursos captados serão destinados à execução dos projetos de investimento da Companhia homologados na 1ª Revisão Tarifária Periódica (RTP) da Agepar.

Conselho de Administração

Antônio Simões Rodrigues Júnior - Presidente do Conselho de Administração
Fabio Augusto Norcio - Membro
Ivan Szabelim de Souza - Membro
Marcelo Xavier Leite - Membro
Marco Francesco Patriarchi - Membro
Rafael Lamastra Júnior - Membro
José Eduardo N. Araujo Moreira - Membro
Renato Aparecido Fontalva - Membro

Conselho Fiscal

Alvaro Henrique Viana de Moraes - Conselheiro Titular
Lauro Daniel Perdiz - Conselheiro Titular

Diretoria

Eudis Furtado Filho - Diretor Presidente
Luciano Kulka Ribas - Diretor de Administração e Finanças
Luiz Carlos Kuns Passos - Diretor Técnico-Comercial

Contador

Célson de Oliveira Mendes
Contador - SP-314474/O-0

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da **Companhia Paranaense de Gás - COMPAGAS,** em conformidade com as atribuições dispostas no Art.163, da Lei 6.404/76, examinou as Demonstrações Financeiras, o Relatório Integrado da Administração, a Proposta de Destinação do Lucro Líquido da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Com base (i) nos documentos examinados, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, relativo ao exercício de 2025, sem ressalva, emitido pelos auditores independentes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., datado de 31 de março de 2026, (ii) nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e (iii) na manifestação favorável ao encaminhamento à AGO, aprovada pelo Conselho de Administração em sua 290ª Reunião, o Conselho Fiscal manifestou-se favoravelmente ao encaminhamento dos referidos documentos à Assembleia Geral Ordinária da COMPAGAS. Nada mais havendo a tratar foi lavrado o presente parecer, que após lido, vai por todos assinado.

Álvaro Henrique Vianna de Moraes - Membro do Conselho Fiscal
Lauro Daniel Perdiz - Membro do Conselho Fiscal

Curitiba, 07 de abril de 2026

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas - **Companhia Paranaense de Gás - Compagas. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Paranaense de Gás - Compagas ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA: Receita de venda de gás fornecida e não faturada - Nota 9 e 24:** A receita de distribuição de gás é reconhecida no momento em que o gás é fornecido. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina que depende da calendarização mensal. Consequentemente, uma parte do gás distribuído não é faturado ao final de cada mês, sendo necessário que a administração estime esse valor, o qual em 31 de dezembro de 2025 totalizava R$ 9.920 mil. O cálculo da receita de gás não faturada envolve dados históricos, tais como tarifa de venda de gás definida pelo regulador e número de dias de consumo não faturado, além da estimativa por parte da administração acerca do comportamento do consumo dos clientes na rede de distribuição no período não faturado em relação ao período faturado. Devido a relevância dos valores envolvidos na aplicação de estimativas e julgamentos pela administração, esse assunto foi considerado como um assunto significativo para a nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e teste dos controles internos relevantes relacionados com o processo de receita e contas a receber, bem como dos sistemas relevantes de tecnologia da informação que suportam esses processos, controles e testes substantivos para recálculo da estimativa. Realizamos o entendimento e testamos os processos estabelecidos pela administração, incluindo a totalidade e integridade da base de dados, bem como os modelos de cálculo para mensuração e contabilização da receita de gás fornecida e não faturada. Seleção em base amostral, de receitas já faturadas, para inspeção do documento fiscal referente a última medição realizada no mês, com o objetivo de conferir que: (i) a quantidade de dias estimados de consumo obtida a partir da data da última leitura do medidor de gás até a data de fechamento está razoável; (ii) o cálculo do consumo médio diário está conforme a última fatura emitida; e (iii) comparação da estimativa de receita de gás fornecida e não faturada com a receita efetivamente faturada no mês subsequente. Adicionalmente, validamos que o valor da tarifa de venda de gás que está sendo utilizado no cálculo da estimativa, está de acordo com o preço por segmento estabelecido pelo órgão regulador. Por fim, efetuamos a leitura e avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas às demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração em relação a esse tema são consistentes com os dados e informações obtidos. **Porque é um PAA: Mensuração e classificação do intangível e ativos de contrato - Notas 15 e 16:** A Companhia possui registrado intangível do contrato de concessão para exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado e ativos de contrato nos montantes de R$ 715.974 mil e R$ 112.896 mil, respectivamente. Esses ativos estão relacionados com o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato de concessão pública e investimentos efetuados na rede de distribuição de gás canalizado, mensurados pelo custo total de aquisição e construção deduzidos da amortização acumulada, reconhecidos nas demonstrações financeiras. O reconhecimento desses investimentos entre intangível e ativos de contrato envolve complexidade e julgamento por parte da Administração. Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes envolvidos e pelos julgamentos significativos na avaliação da alocação dos investimentos entre o intangível e ativos de contrato. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e teste dos controles internos relevantes relacionados com o processo de mensuração e classificação do intangível e ativos de contrato. Efetuamos o cálculo matemático e testamos o modelo utilizado para a classificação dos investimentos no intangível. Seleção em base amostral, dos materiais, e serviços aplicados às obras que evidenciam os gastos com infraestrutura, com a inspeção de documentação suporte para os custos capitalizados. Avaliação se os custos capitalizados atendem aos critérios de capitalização, bem como sua classificação no intangível. Recalculamos os juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados sobre as obras em andamento além da amortização do intangível do direito de concessão reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Por fim, efetuamos a leitura e avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas às demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos pela administração em relação a esse tema são consistentes com os dados e informações obtidos. **Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 21 de fevereiro de 2025, sem ressalvas. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar oencerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 31 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5[i]

Rodrigo Lobenwein Marcatti
Contador - CRC 1MG091301/O-2

335.062620

Este documento foi assinado digitalmente por Editora Bem Parana Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 51F8-E9E4-4948-1B43.